



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17429 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GT 09 - Trabalho e Educação

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS NOTURNAS NO ES - PANO DE FUNDO PARA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: ANÁLISE DOCUMENTAL**  
 Elvira Schmidt Bullerjahn - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
 Alexandra de Fátima Módolo Uliana - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
 Alexandro da Silva - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS NOTURNAS NO ES – PANO DE FUNDO PARA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: ANÁLISE DOCUMENTAL**

O fechamento de escolas noturnas no Espírito Santo, ocorrido entre 2015 e 2019, trouxe à tona questões profundas sobre as políticas educacionais no estado, especialmente no que diz respeito ao direito à educação para estudantes trabalhadores. O movimento de desativação dessas instituições refletiu uma mudança na priorização das políticas públicas, favorecendo a expansão de escolas de tempo integral em detrimento da oferta noturna, sem considerar adequadamente as consequências dessa transição. A análise documental aqui apresentada visa explorar os interesses políticos e econômicos subjacentes a essa reestruturação, evidenciando como tais decisões impactaram a equidade e a inclusão educacional no estado. Neste contexto pergunto: Qual o pano de fundo para o fechamento das escolas noturnas? Para responder a essa questão, o presente resumo, recorte de pesquisa em andamento, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação, apresenta o levantamento preliminar dos documentos oficiais em âmbito estadual com objetivo de analisar os movimentos políticos da Secretaria de Estado da Educação que possam explicar a intencionalidade do fechamento das escolas no período noturno.

Para investigar nosso objeto de estudo, utilizamos a análise documental e abordagem qualitativa como metodologia. Contatamos dois movimentos da realidade: um processo de desmonte da oferta de natureza pública estadual de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio e outro de hegemonização e implantação do programa de

educação de tempo integral que ocorre sem o devido diálogo com a comunidade escolar para atender aos interesses privados das elites locais. Essa não dialogicidade das práticas do governo promove a desintegração do direito à Educação Básica e, desmontando políticas de formação integral em nome de uma escola em Tempo Integral, que, no fundo e na prática, fortalece as relações entre público e privado na oferta escolar, reafirmando a lógica empresarial de gestão privatizante da educação. Os documentos da Secretaria de Estado da Educação (SEDU) indicam uma forte ênfase na expansão da oferta de escolas de tempo integral durante esse período, entretanto a reestruturação necessária para viabilizar essa política levou à redistribuição de recursos e espaços, o que implicou na descontinuidade de outras modalidades, como o ensino noturno. As atas do Conselho Estadual de Educação revelam discussões sobre a necessidade de reorganizar a rede de ensino para otimizar a oferta educacional. Em muitos casos, as justificativas para o fechamento de escolas noturnas foram baseadas na baixa demanda e na dificuldade de manutenção de turmas com poucos alunos. O redirecionamento de investimentos para o modelo de tempo integral pode ter sido viabilizado pela desativação de escolas e turmas noturnas. Esse processo sugere que a política de tempo integral não apenas coexistiu, mas foi, em certa medida, facilitada pela redução do ensino noturno. A expansão da educação integral não considerou as necessidades dos alunos que dependiam do ensino noturno.

A pesquisa se articula com Fraser (2007) que discute a justiça social na educação, enfatizando a necessidade de redistribuição de recursos, reconhecimento das diferenças culturais e participação democrática. O fechamento das escolas noturnas pode ser analisado à luz desses princípios, evidenciando como as políticas de educação integral podem ter desconsiderado a inclusão de estudantes de diferentes origens socioeconômicas. Apple (2001) explora como as políticas neoliberais promovem a privatização e a lógica empresarial na gestão da educação pública. Aplicando essa análise, o processo de desmonte das escolas noturnas pode ser visto como parte de uma tendência maior de marginalização de estudantes trabalhadores em favor de modelos de educação que atendem a interesses privados. Pesquisas de Soares (2009) e Oliveira (2013) indicam que a evasão escolar é fortemente influenciada pelas condições socioeconômicas dos estudantes. O fechamento de escolas noturnas, ao remover a opção de estudo para aqueles que trabalham, pode ter contribuído para o aumento da evasão, o que contraria os princípios de equidade e inclusão social na educação. Freire (1996) e Santos (2002) defendem a importância da participação ativa da comunidade escolar nas decisões educacionais. A pesquisa revela que o fechamento das escolas noturnas e a expansão das escolas de tempo integral ocorreram sem um diálogo adequado com a comunidade escolar, refletindo uma falta de gestão participativa e democrática.

Esses pontos culminam em uma reflexão crítica sobre o impacto das políticas educacionais no Espírito Santo, sugerindo que o fechamento das escolas noturnas contribuiu para a exclusão de estudantes trabalhadores e perpetuação das desigualdades sociais. Conclui-se com a defesa de políticas educacionais que promovam a inclusão e o direito à educação para todos, de maneira equitativa.

**Palavras chave:** educação, noturno, evasão.

**Referências:**

**APPLE**, Michael W. *Educação, poder e luta de classes*. São Paulo: Cortez, 2001.

**BRASIL**. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

**FRASER**, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era "pós-socialista"*. In: *Cadernos de Campo* n. 15, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i15p275-292>.

**FREIRE**, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**OLIVEIRA**, Romualdo Portela de. *Políticas educacionais e desigualdade social: contribuições para o debate*. São Paulo: Autores Associados, 2013.

**SANTOS**, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.